



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**11º REUNIÃO ORDINÁRIA**

**29 DE ABRIL DE 2014**

**MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO**

**01- PROJETO DE LEI 172/2014 - Mensagem nº 018/2014**

**Autor: Poder Executivo**

*Revoga o Artigo 2º da Lei nº 17.885, de 2013.*

**RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 17.885/2013. Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Florestópolis.

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Florestópolis, do imóvel denominado Lote nº 01 da Quadra nº 01, com área total de 36.300,92 m², situado no loteamento Jardim Floresta III, no Município de Florestópolis, conforme descrito na Matrícula nº 11.824 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu.

**Art. 2º.** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado para construção de casas populares.

**Art. 3º.** O Município terá o prazo máximo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade da mesma, caso contrário o referido bem retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**02- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 003/2014 - Mensagem nº 016/2014**

**Autor: Poder Executivo**

*Revoga os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 161, de 2013.*

*(incisos I, II, III e IX e os §§ 2º e 3º do art. 1º e alínea "a" do § 1º e o § 2º do art. 3º)*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI COMPLEMENTAR N. 161/2013. Súmula.** Altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 1º.** Os cargos de provimento em comissão de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei nº 16.840, de 28 de junho de 2011, e o cargo de que trata o inciso III do art. 6º da Lei nº 17.522, de 15 de março de 2013, relativos às atividades de direção, chefia e assessoramento no âmbito da Procuradoria Geral do Estado – PGE, ficam transformados nas funções específicas abaixo, que passam a ser remuneradas de forma reduzida, nos termos desta Lei:

*I - Corregedor-Geral da Procuradoria Geral do Estado;*

*II - Subprocurador-Geral para Assuntos Institucionais;*

*III - Subprocurador-Geral para Assuntos Jurídicos;*

*.....*

*IX - Procuradores-Assessor do Gabinete do Procurador-Geral;*

**§ 2º.** A função de Corregedor-Geral da PGE será exercida por Procurador do Estado ocupante de uma das duas classes mais elevadas da carreira, com, no mínimo, dez anos de efetivo exercício na carreira, dentre os integrantes de lista tríplice a ser elaborada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

**§ 3º.** As atribuições das funções previstas nos incisos II e III deste artigo dar-se-ão por delegação do Procurador-Geral do Estado, mediante ato específico.

**Art. 3º** O subsídio instituído por esta Lei não exclui o direito à percepção das seguintes verbas:

**§ 1º.** A verba prevista no inciso IV deste artigo será paga nos seguintes percentuais:

**a)** sete e meio por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado aos Procuradores do Estado que exercerem as funções de Corregedor-Geral e Subprocuradores-Gerais;

**§ 2º.** A verba prevista no inciso XI do art. 1º desta Lei será de três e meio por cento do maior subsídio da carreira de Procurador do Estado.

---

**03- PROJETO DE LEI /2014 - Mensagem nº 023/2014**

**Autor: Poder Executivo**

*Incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil e adota outras providências.*

**RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO**

---

**04- PROJETO DE LEI /2014 - Mensagem nº 024/2014**

**Autor: Poder Executivo**

*Altera os dispositivos que especifica da lei nº 17.025, de 2011, e adota outras providências.*

**RELATOR: DEP. PEDRO LUPION**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 17.025/2011. Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR, conforme especifica.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

### Comissão de Constituição e Justiça

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR, sociedade civil sem fins lucrativos, mediante repasses de recursos arrecadados com taxas previstas na [Lei nº 11.504, de 06 de agosto de 1996](#), para exclusiva destinação à indenização de proprietários que tiverem animais sacrificados em decorrência de ações de defesa sanitária desenvolvidas no Estado do Paraná.

**§ 1º.** A concessão de subvenção social fica condicionada à existência de convênio firmado entre o FUNDEPEC e o Estado do Paraná, no qual serão estabelecidas as obrigações e demais condições pertinentes.

**§ 2º.** O Poder Executivo repassará ao FUNDEPEC/PR o montante arrecadado em exercícios anteriores proveniente do recolhimento de taxas relacionadas à área de saúde animal e, a cada trimestre, o valor recolhido ao Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP.

**§ 3º.** Ficam ratificados os repasses financeiros ocorridos no período de 09/10/1999 a 01/12/2005, efetuados por meio de convênios específicos com o Poder Executivo e o FUNDEPEC-PR.

**Art. 2º.** Em situações de emergência sanitária, o FUNDEPEC/PR, por solicitação do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, poderá assumir despesas de custeio até o limite de 10% do valor correspondente ao sacrifício sanitário.

**Art. 3º.** Os recursos repassados de que trata a presente Lei deverão ser mantidos em depósito, em instituição financeira oficial, em conta única e especial, e o resultado das aplicações financeiras será revertido integralmente à finalidade dos mencionados repasses.

**Parágrafo único** As despesas decorrentes da aplicação dos recursos de que trata esta Lei serão executadas mediante emissão de cheques nominais aos beneficiários.

**Art. 4º.** Ficam vedadas despesas com investimentos no uso dos recursos a que se refere o art. 1º desta Lei.

**Art. 5º.** Lei Orçamentária Estadual preverá as condições de aplicação da presente Lei.

**Art. 6º.** O FUNDEPEC/PR prestará contas da aplicação dos recursos, a cada exercício, ao Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – CONESA e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e prazos legais.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## 05- PROJETO DE LEI /2014 - Mensagem nº 025/2014

**Autor: Poder Executivo**

*Acrescenta Inciso XI ao Art. 6º da Lei nº 16.944, de 10 de novembro de 2011.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**

### **\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 16.944/2011. Súmula:** Cria o Fundo Especial de Segurança Pública.

**Art. 6º.** O FUNESP/PR será administrado por um Conselho Diretor, composto pelos seguintes membros natos:

**I -** Secretário de Estado da Segurança Pública;

**II -** Comandante-Geral da Polícia Militar;

**III -** Delegado-Geral da Polícia Civil;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*IV - Comandante do Corpo de Bombeiros;*

*V - Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública;*

*VI - Procurador-Geral do Estado;*

*VII - Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná;*

*VIII - Um representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral;*

*IX - Um representante da Secretaria de Estado da Fazenda;*

*X - Um representante entre os demais Órgãos que compõem a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a ser indicado pelo respectivo Secretário e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo.*

## **PROJETO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

### **06- PROJETO DE LEI 186/2014**

**Autor: Procuradoria Geral de Justiça/ Ministério Público**

*Transforma e cria cargos no ministério público do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.*

**RELATOR: DEP. LUIS CLÁUDIO ROMANELLI**

## **PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA**

### **07- PROJETO DE LEI 410/2013**

**Autor: Dep. Rasca Rodrigues**

*Dispõe sobre a proibição da criação de animais para extração de peles no Estado do Paraná.*

**RELATOR: CAÍTO QUINTANA**

### **08- PROJETO DE LEI 11/2014**

**Autor: Dep. Elton Welter**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade da emissão de comprovante de pagamento da tarifa aos consumidores usuários do sistema de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências.*

**RELATOR: PASTOR EDSON PRACZYK**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

---

**09- PROJETO DE LEI 737/2013**

**Autor: Dep. Rasca Rodrigues**

*Dispõe sobre a moratória de 5 (cinco) anos para exploração do gás de xisto no Estado do Paraná pelo método fracking e adota outras providências.*

**RELATOR: PÉRICLES DE MELLO**

---

**10- PROJETO DE LEI 415/2013**

**Autor: Dep. Belinati**

*Dispõe sobre a instituição de programa de atenção a pessoa diagnosticada com câncer e submetidos a tratamento de quimioterapia que ocasione a alopecia.*

**RELATOR: PASTOR EDSON PRACZYK**

---

**11- PROJETO DE LEI 035/2014**

**Autor: Dep. Luciana Rafagnin**

*Institui o Programa Bolsa Juventude Rural.*

**RELATOR: PEDRO LUPION**

**PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO**

---

**12- PROJETO DE LEI 164/2014**

**Autor: Dep. Dr. Batista**

*Fará parte da grade curricular a disciplina de educação moral e cívica, a ser implantado no ensino fundamental e médio.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

---

## **13- PROJETO DE LEI 804/2013**

**Autor: Professor Lemos**

*Inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná o "Projeto Vozes do Coração", Livro de Poesias compostas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar, Evento realizado anualmente no mês de dezembro, coordenado pelo Colégio Estadual Chateaubriand, do Município de Assis Chateaubriand.*

**RELATOR: DEP. TADEU VENERI**

---

## **14- PROJETO DE LEI 588/2013**

**Autor: Ney Leprevost**

*Institui o mês de "Dezembro Verde", dedicado ao desenvolvimento de ações que visem à integridade da saúde da criança.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**

---

## **15- PROJETO DE LEI 81/2014**

**Autor: Rasca Rodrigues**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade dos postos de combustíveis lava-rápidos, transportadoras e empresas de ônibus urbanos a captarem, tratarem e utilizarem a água da chuva na lavagem de veículos.*

**RELATOR: DEP. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI**

---

## **16- PROJETO DE LEI 564/2013**

**Autor: Stephanes Júnior**

*Fica inserido no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná os jogos da associação dos municípios da região centro sul do Paraná-AMCESPAR.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

---

**17- PROJETO DE LEI 06/2014**

**Autor: Gilberto Ribeiro**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos telefones dos órgãos policiais em pet shops, clínicas veterinárias e similares, visando o combate aos maus tratos a animais silvestres, domésticos ou domesticados.*

**RELATOR: DEP. PERÍCLES DE MELLO**

---

**18- PROJETO DE LEI 373/2013**

**Autor: Ney Leprevost**

*Institui o dia de homenagem ao bairro Santa Felicidade, no calendário de eventos do Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. CAÍTO QUINTANA**

---

**19- PROJETO DE LEI 773/2013**

**Autor: Rasca Rodrigues**

*Torna obrigatória a presença de profissional de educação física nas academias de ginástica ao ar livre no Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI**

---

**20- PROJETO DE LEI 594/2013**

**Autor: Elton Welter**

*Institui o dia 17 de junho como o dia estadual da criança e adolescente desaparecidos.*

**RELATOR: DEP. PERÍCLES DE MELLO**

---

**21- PROJETO DE LEI 591/2013**

**Autor: Professor Lemos**

*Institui a política estadual de juventude no Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. PERÍCLES DE MELLO**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*

---

## **22- PROJETO DE LEI 91/2014**

**Autor: Tadeu Veneri**

*Inserir o Dia do Educador Social, a ser comemorado anualmente em 19 de setembro e a Semana do Educador Social.*

**RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR**

---

## **23- PROJETO DE LEI 013/2014**

**Autor: Luciana Rafagnin**

*Institui o programa meu mês, minha vida de combate e controle ao câncer de mama para as mulheres acima de 35 anos, no âmbito do Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI**

---

## **24- PROJETO DE LEI 615/2013**

**Autor: Rasca Rodrigues**

*Institui o Dia Estadual do Skate no âmbito do Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 21 de junho, e adota outras providências.*

**RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI**

---

## **25- PROJETO DE LEI 31/2014**

**Autor: Tercilio Turini**

*Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa de São Sebastião, realizada anualmente, no segundo final de semana de fevereiro, no Município de São Sebastião da Amoreira.*

**RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA**

---

## **26 - PROJETO DE LEI 160/2014**

**Autor: Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion e Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.**

*Altera os dispositivos que especifica da lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do título de utilidade pública a entidades do Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**Lei n. 17.826/2013. Súmula:** *Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.*

**Art. 1º.** *O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:*

*I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;*

*II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;*

*III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;*

*IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;*

*V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;*

*VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.*

**Art. 2º.** *O processo de instrução do Projeto de Lei de Utilidade Pública deve conter ainda:*

*I - certidão que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e Certidão Liberatória do Tribunal de Contas;*

*II - declaração do presidente da entidade atestando o recebimento ou não de verbas públicas e, em caso afirmativo, especificando o valor, a origem e a destinação dada;*

*III - declaração do autor do Projeto de Lei de que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade a ser beneficiada com o Título de Utilidade Pública;*

*IV - relatório de atividades da entidade nos últimos doze meses, assinado pela diretoria da instituição, comprovando fim público de prestação de serviços úteis à coletividade;*

*V - ata da última assembleia geral e ata de posse da diretoria averbada no registro do ato constitutivo, contendo a qualificação completa da diretoria eleita;*

*VI - declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório, atestando que os cargos de diretoria não são remunerados e que a instituição presta serviços de relevante interesse público.*

**Art. 3º.** *A entidade com atuação na área de assistência social deve comprovar inscrição junto aos Conselhos Estadual e Municipal de Assistência Social.*

**Parágrafo único.** *As demais entidades devem apresentar o Título de Utilidade Pública Municipal ou a certidão de vigência da Lei Municipal.*

...

**Art. 6º.** *Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:*

*I - as sociedades comerciais;*

*II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;*

*IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;*

*V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;*

~~*VI - ...Vetado...;*~~

*VI - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras desde que não tenham certificado de benemerência; (Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014)*

*(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014)*

~~*VII - ...Vetado...;*~~

*VII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; (Promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 19/03/2014 publicada no DIOE 9173, de 26/03/2014)*

*(Redação dada pela Lei 17826 de 19/03/2014)*

*VIII - as fundações públicas;*

*IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.*

## **PROJETOS DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANÁLISA TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA**

### **27- PROJETO DE LEI 178/2014**

**Autor:** Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

*Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública já concedido por leis anteriores.*

**RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA**

### **\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**Lei 5.337/1966. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a União dos Escoteiros do Brasil, Região do Paraná e o Diretório Acadêmico Euclides da Cunha.

**Lei 6408/1973. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, da cidade de Sabáudia.

**Lei 6499/1973. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina – APAE.

**Lei 8.274/1986. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e Infância de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

### Comissão de Constituição e Justiça

**Lei 8.862/1988. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância, com sede e foro no Município de Xambrê.

**Lei 9093/1989. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede na Rua da Glória nº 158, Município de Curitiba.

**Lei 10.419/1993. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede no Município de Missal e foro no Município de Medianeira.

**Lei 11.438/1996. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Instituto Cristão, com sede e foro no Município de Castro.

**Lei 12.161/1998. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná – AEADEPAR, com sede e foro na capital de Apucarana.

**Lei 12.392/1998. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a "Creche Jorge Dib Abussaf", com sede e foro no município de Londrina – PR.

**Lei 12.513/1999. Súmula:** Declara de Utilidade Pública estadual a Fundação Iniciativa-Mantenedora de Casas Lares, com sede e foro nesta capital.

**Lei 13.914/2001. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com sede e foro na cidade de Curitiba.

**Lei 11.000/1994. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro na cidade de Rolândia.

**Lei 15.187/2006. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

**Lei 10.502/1993. Súmula:** Declara de Utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE", mantenedora da escola especial Nice Braga, com sede e foro no município de Umuarama.

**Lei 7.283/1979. Súmula:** Declara de Utilidade pública a NOSSA ESCOLHINHA DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL – NEECE, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio.

## 28- PROJETO DE LEI 177/2014

**Autor:** Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima e Dep. Tercílio Turini.

*Revoga a Lei nº 6.558, de 12 de Junho de 1974.*

**RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA

### **\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**Lei 6.558/1974. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

---

**29- PROJETO DE LEI 138/2014**

**Autor:** Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto.

*Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.*

**RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

*Lei 5.812/1968. Súmula: Declara de utilidade pública a Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis (AMORC) – Grande Loja do Brasil e seu Corpo Subordinado, a loja de Curitiba.*

*Lei 6277/1971. Súmula: Declara de utilidade pública, a Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SBEE), com sede na Vila Tinguí, em Curitiba.*

---

**30- PROJETO DE LEI 134/2014**

**Autor:** Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto.

*Revoga a Lei nº 15.148, de 6 de junho de 2006, de concessão de Título de Utilidade Pública.*

**RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

*Lei 15.148/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Honorina Valente, com sede e foro no Município de Curitiba.*

---

**31- PROJETO DE LEI 136/2014**

**Autor:** Dep. Tadeu Veneri; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion; Dep. Cantora Mara Lima; Dep. Tercílio Turini e Dep. Anibelli Neto.

*Altera a Lei nº 9.730, de 17 de outubro de 1991, de concessão de Título de Utilidade Pública.*

**RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

*Lei 9.730/1991. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade de Educação e Cultura, com sede e foro nesta capital.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**32- PROJETO DE LEI 112/2014 \* EMENDA DE PLENÁRIO**

**Autor:** Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion e Tercílio Turini.

*Altera a Lei nº 3.195, de 17 de julho de 1957, de concessão de Título de Utilidade Pública.*

**RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

*Lei 3.195/1957. Súmula: Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Educação Familiar e Social, da Escola de Serviço Social do Paraná, com sede nesta Capital.*

**33- PROJETO DE LEI 113/2014 \* EMENDA DE PLENÁRIO**

**Autor:** Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion e Tercílio Turini.

*Altera a Lei nº 5.466, de 3 de janeiro de 1967, de concessão de Título de Utilidade Pública.*

**RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

*Lei 5.466/1967. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Lar Betânia, com sede na cidade de Maringá.*

**34 - PROJETO DE LEI 114/2014 \* EMENDA DE PLENÁRIO**

**Autor:** Dep. Caito Quintana; Dep. Tadeu Veneri; Dep. Anibelli Neto; Dep. André Bueno; Dep. Pedro Lupion e Tercílio Turini.

*Altera a Lei nº 15.260, de 11 de setembro de 2006, de concessão de Título de Utilidade Pública.*

**RELATOR:** DEP. FERNANDO SCANAVACA

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

*Lei 15.260/2006. Súmula: Declara de Utilidade Pública a entidade Resgate Casa de Recuperação para Homens, com sede e foro no Município de Goioerê.*